

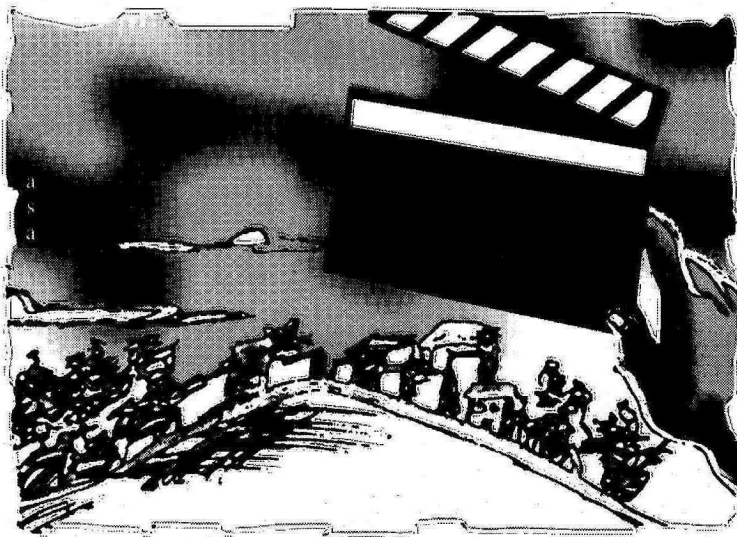
A novela da Estrutural

Gustavo Souto Maior*

Volta à baila a novela da invasão da Estrutural. Até quando vamos continuar com essa história de faz de conta? Vale a pena lembrarmos alguns fatos. Há dez anos, o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do Setor Complementar de Indústria e Abastecimento (SCIA), projeto governamental para ocupação da área, informava que "não existem invasões a serem removidas, exceto poucos barracos de catadores de lixo", e que a comunidade do aterro de lixo existente no local "reduz-se a cerca de 150 pessoas vivendo em aproximadamente 20 barracos". Ou seja, há uma década a ocupação da área resumia-se ao chamado "Lixão da Estrutural" - um depósito irregular de lixo que contraria todas as normas ambientais e sanitárias, e que continua até hoje do mesmo jeito, apenas mudando o volume de lixo jogado no local, que só aumenta e a cerca de 20 barracos.

Pois bem, de lá para cá o que mudou? A área ocupada pelo Lixão aumentou consideravelmente, o cadastro oficial dos catadores registra mais de 500 famílias vivendo da catação de lixo, se instalou na região uma invasão com cerca de 5 mil barracos, boa parte com fins meramente especulativos e atendendo a interesses políticos pouco nobres, e o GDF iniciou a implantação de uma área industrial no local. Resumo: uma completa balbúrdia, provocada e incentivada pelo próprio Poder Público.

A proliferação de barracos na região se iniciou no apagar das luzes do primeiro Governo Roriz, com o incentivo eleitoreiro às invasões, aumentou no rastro da indecisão do Governo Cristovam e praticamente se consolidou no atual Governo Roriz. Quem conhece a região sabe



que a quantidade de invasores no local só se estabilizou por um único motivo: praticamente não há mais espaço para a construção de novos barracos, que chegaram a ser construídos até em cima do poliduto da Petrobras que atravessa a região.

Desde o início da invasão o que se vê é um festival de trapalhadas, de muitos discursos contra e a favor, e de praticamente nenhuma ação concreta para resolver o problema. Alguns personagens, por exemplo, que hoje se dizem contra a invasão, quando estiveram no Governo passado não moveram uma palha para erradicá-la do local. Pelo contrário, taparam os olhos para o seu crescimento acelerado, e ainda incentivaram outras ocupações no entorno do Parque Nacional de Brasília (PNB), como foi o caso do assentamento de sem-terra "26 de Setembro". E a brincadeira prossegue, uns contra, outros a favor, e a invasão cada vez mais forte, praticamente inabalável. Não se vê a mínima ação no sentido de coibir a sua consolidação, pois ela continua crescendo em alvenarias, comércios, o próprio Governo instalando infra-estrutura.

Mas, por incrível que possa parecer, até secretários de Estado do atual Governo se dizem contra a regularização da invasão. Pergunta-se:

e o que estão fazendo no sentido de resolver o problema? Nada, absolutamente nada. Só se manifestaram cutucados pela possibilidade de votação do projeto de regularização na Câmara Legislativa. Alegam não existir um estudo de impacto ambiental para se tomar uma decisão correta. E por que não o fizeram até hoje? Por que deixaram a invasão chegar aos quase 5 mil barracos para agora alegar que falta o estudo? E por que também não se manifestam contrariamente ao SCIA, que da mesma forma causa problemas para o meio ambiente e para o PNB? E o Lixão, vai continuar do mesmo jeito, a 50 metros do PNB, de onde vem a água que abastece cerca de 700 mil moradores do DF?

Ora, é chegada a hora de se dar um basta nessa brincadeira de faz de conta. Se é para resolver a questão, alguns procedimentos devem ser adotados com urgência. E o primeiro é elaborar um novo estudo de impacto ambiental para a região, analisando as alternativas possíveis de ocupação da área, se fazendo uma criteriosa análise custo/benefício de todas as possibilidades. De 1990 para cá, do ponto de vista territorial, econômico e social, muita coisa mudou no DF, e isso tem que ser levado em consideração. Não dá para se tomar de-

cisões com base em estudos feitos há uma década, ou, o que é o caso no momento, simplesmente não se ter estudo algum.

O entorno do Parque Nacional de Brasília não é local para se instalar núcleos habitacionais, e muito menos núcleos industriais. O PNB tem que ser protegido, e não asfixiado. No DF existem inúmeros assentamentos urbanos ainda não totalmente ocupados e consolidados, que podem e devem ser utilizados para atender à demanda existente por moradia, principalmente para a população mais carente. E também existem diversas áreas industriais, de oficinas e comerciais, ainda não concluídas, e espalhadas pelas cidades do DF, que podem perfeitamente servir para a instalação das atividades previstas no SCIA.

Assim se estaria contribuindo para corrigir uma das maiores distorções do DF, que é a extrema concentração de ofertas de emprego no Plano Piloto, o que dificulta sobremaneira o desenvolvimento das demais cidades e novos assentamentos. As cidades do DF e os novos assentamentos urbanos devem ser dotados de infra-estrutura adequada, equipamentos comunitários e urbanos, e fundamentalmente de postos de trabalho, ampliando-se os respectivos setores industriais e comerciais, em um processo contínuo de melhoria da qualidade de vida da população.

E, quanto à área da Estrutural, essa deve servir de proteção ao Parque Nacional de Brasília, um dos mais valiosos patrimônios de toda a sociedade de Brasília, e zona nuclear da Reserva da Biosfera do Cerrado.

* Engenheiro, mestre em Gestão Econômica do Meio Ambiente e conselheiro do Fórum das ONGs Ambientais do DF